

É com muito orgulho que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Konstantin Filozof.

Já tive a oportunidade de partilhar com o Presidente Rudolf Schuster a satisfação que sinto em ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a República da Eslováquia e conhecer de perto instituições de reconhecida excelência, como esta universidade.

Tenho acompanhado com imenso interesse o caminho trilhado pela Eslováquia ao longo da última década.

Impressiona o ritmo vertiginoso em que as mudanças têm ocorrido, sempre pela via da negociação. Refletem o compromisso do povo eslovaco com a democracia e o desenvolvimento.

É inspirado no exemplo desta nação que gostaria de dedicar aqui breves palavras ao tema da responsabilidade política.

Talvez por força de meu ofício – como sabem, fui professor anos a fio –, costumo lembrar que a política segue um tempo distinto do que rege a atividade científica. Enquanto o trabalho intelectual deve ser tão elástico quanto o necessário para a maturação dos argumentos, as deci-

sões políticas não podem ficar a reboque dos acontecimentos, por céleres que estes sejam.

A satisfação do bem público exige planejamento, mas também presteza no atendimento ao inusitado, na solução dos conflitos de interesse.

Não que a ética da responsabilidade de que falava Max Weber possa dispensar a análise prévia e equilibrada dos fatos. A boa política não prescinde da reflexão.

Só que a boa gestão pública tampouco dispensa aquilo que Isaías Berlin chamava de juízo político.

Refiro-me à aptidão de captar o pulso de uma determinada situação histórica, seu contorno e possibilidades, no momento em que ela é vivenciada, uma espécie de sabedoria prática, que se nutre do conhecimento disponível sobre a realidade, mas vai além dele, pela capacidade de apreender os detalhes que de fato importam, pelo sentido do que é e do que não é relevante.

Berlin tratou do juízo político como uma virtude atemporal, mas não o imagino resistindo à ponderação de que tal juízo se faz indispensável, sobretudo nos momentos de transição, quando o novo, à busca de espaço, convive com o arcaico, onde se refugia a reação.

É o que me parece ser o caso deste início de século, ou de milênio. A época é das mais desafiadoras, exatamente pelo confronto de valores que a caracteriza. A democracia prospera, mas sob o espectro da intolerância, étnica e religiosa. O passo da inovação técnica é vertiginoso, sem que se reduza a exclusão social.

O quadro se torna mais complexo quando se percebe que o novo nem sempre contradiz o atraso. Às vezes até o reedita, sob diferente roupagem.

Vejamos, por exemplo, o fenômeno da globalização, em sua feição contemporânea.

É por demais eloquente o aporte que a expansão dos fluxos comerciais e financeiros, na esteira das novas tecnologias, traz para a geração de riquezas. O capital hoje se reproduz a taxas exponenciais, obedecendo a lógica que não reconhece fronteiras.

Somos testemunhas da universalização dos processos produtivos, com a racionalização de custos e a elevação da produtividade a níveis inauditos.

Mas tampouco escapa à nossa percepção que, se o capital ganhou em mobilidade e rendimento, isto não se fez em proveito de todos, ou sequer da maioria.

Diria mesmo que a globalização tem sido pródiga em sobressaltos para o mundo em desenvolvimento.

Não me refiro apenas à virtual marginalização de regiões inteiras da era da informação. Penso também na volatilidade do capital financeiro, que tanta inquietação causou ao redor do mundo, da Europa do Leste à Ásia, sem falar da América Latina.

Na ânsia de dourar a pílula, alguns analistas chegaram a atribuir as turbulências financeiras a uma suposta má gerência dos países vitimados, os quais, por vícios de gestão, atrairiam os surtos especulativos.

Hoje se reconhece que a correção dos indicadores econômicos não constituía antídoto à sanha do especulador, incapaz como era de separar o joio do trigo.

A causa da instabilidade dos mercados financeiros jamais foi técnica. Era e continua a ser política. Decorre da ausência de meios que confiram maior transparência e previsibilidade aos movimentos financeiros, que controlem suas tendências aleatórias.

Não estou sugerindo que façamos *tabula rasa* do acordo de Bretton Woods, que se reinvente do nada a arquitetura do sistema financeiro internacional. A reforma da estrutura existente pode trazer resultados, desde que orientada pela vontade de suprir o que temos chamado de déficit de governança nas relações econômicas internacionais.

É mais do que hora de avançarmos na regulação política da economia mundial, não apenas para dominar a instabilidade dos mercados, mas para democratizar os ganhos da globalização.

Isso implica atualização das regras que balizam o comércio entre os Estados, uma atualização que persiga maior equidade, mais justiça.

É de todo iníqua a continuada persistência de obstáculos a que o mundo em desenvolvimento tenha acesso aos mercados europeu e norte-americano. Tenho em mente as barreiras tarifárias, mas, sobretudo, o

leque inesgotável de óbices não-tarifários, incluindo os subsídios, os quais, não bastasse a frequência com que deles lançam mão as economias afluentes, são regidos pela OMC de maneira desfavorável aos países mais pobres.

A menos que saibamos evoluir para um cenário menos hostil aos interesses da maioria, isso tanto no plano global como nos acordos regionais, a globalização, em vez de promover, inibirá o desenvolvimento.

Se a responsabilidade política reclama uma ordem mais solidária, essa é condição para uma maior autonomia na gestão dos Estados nacionais.

A inconstância dos mercados e o protecionismo privam os gestores domésticos de recursos indispensáveis à realização de políticas públicas, por salutares que possam ser os indicadores monetário e fiscal.

O problema se torna mais agudo diante dos requisitos de competitividade exigidos pelos novos tempos, que implicam atenção permanente com a qualificação do capital humano e a modernização dos serviços de infra-estrutura.

Partilhei preocupações do gênero com outros líderes socialdemocratas em encontro realizado há pouco em Estocolmo em torno da chamada “governança progressista”.

Parece-me comum a todos a percepção de que a estabilidade do sistema internacional é função de sua permeabilidade aos interesses nacionais. Não somente por uma questão de legitimidade, mas porque os Estados continuam a ser as instâncias mais efetivas para afirmação da vontade coletiva.

São os Estados e seus agentes que detêm os meios para assegurar a observância de padrões mais simétricos e equânimes de convivência entre os povos.

A Eslováquia e o Brasil podem contribuir nessa direção.

Na verdade, já o fazem, segundo os recursos e influência de que dispõem.

Outros países também se afinam com o ideal de um novo contrato internacional.

Mais do que uma expectativa, trata-se de uma aspiração generalizada. Mas não de uma necessidade histórica.

A emergência de uma nova ordem dependerá, não custa insistir, do exercício da responsabilidade política. Dependerá de nossa aptidão em ir expandindo, ainda que pontualmente, as fronteiras do possível.

Como Alexander Dubcek intitulou suas memórias, “*hope dies last*”.
Muito obrigado.